

**PROCESSO SELETIVO PARA PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

RESIDÊNCIA JURÍDICA

01. A prova terá duração de 3 (três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta e resposta da prova discursiva na Folha de Textos Definitivos.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e 02 (duas) questões discursivas, distribuídas da seguinte forma:

Prova	Conteúdo	Nº de questões
Objetiva	Direito Civil / Direito Processual Civil	8
	Direito Constitucional	4
	Direito Administrativo / Direito Tributário	8
Discursiva	Direito Civil / Direito Constitucional / Direito Administrativo / Direito Processual Civil	2

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"As pessoas não morrem, ficam encantadas!"

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta ou da Folha de Textos Definitivos por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME**.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita, bem como a Folha de Textos Definitivos** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

DIREITO CIVIL / DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01. Assinale a alternativa ERRADA a respeito da interrupção da prescrição:
- (A) a prescrição é interrompida por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora
 - (B) a interrupção por um dos credores solidários aproveita os demais credores
 - (C) a interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador
 - (D) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado
02. Assinale a alternativa CORRETA no que tange à cessão de crédito à luz do Código Civil:
- (A) salvo disposição em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor
 - (B) salvo disposição em contrário, os acessórios não são abrangidos pela cessão de crédito
 - (C) o crédito penhorado pode ser transferido pelo credor que tenha conhecimento da penhora
 - (D) na cessão por título oneroso, o cedente não responde ao cessionário pela existência do crédito ao tempo que lhe cedeu
03. Sobre o regime dos bens públicos no Código Civil, assinale a alternativa ERRADA:
- (A) não havendo lei em sentido contrário, são bens dominicais aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado
 - (B) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação na forma da lei
 - (C) todos os bens são particulares, ressalvados os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno
 - (D) os bens públicos dominicais podem ser objeto de usucapião
04. Assinale a alternativa CORRETA a respeito da interpretação de normas sobre gestão pública.
- (A) na aplicação das sanções, deverão ser considerados os danos que provierem para a Administração do fato danoso, circunstâncias agravantes ou atenuantes, mas não serão considerados os antecedentes do agente
 - (B) as sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das outras sanções relativas ao mesmo fato, ainda que de natureza diversa
 - (C) na interpretação das normas sobre gestão pública, não serão consideradas as exigências das políticas públicas que estejam a cargo do gestor
 - (D) em decisão sobre a validade de norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que limitaram a ação do agente

RESIDÊNCIA JURÍDICA

05. Assinale a alternativa que NÃO contemple prerrogativa da Fazenda Pública:
- (A) regime de precatórios
 - (B) remessa necessária
 - (C) prazo quadruplicado para ofertar contestação
 - (D) intimação pessoal
06. A propósito da fixação dos honorários sucumbenciais por apreciação equitativa, de acordo com compreensão sedimentada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível AFIRMAR:
- (A) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados, deve-se proceder à apreciação equitativa
 - (B) admite-se arbitramento de honorários por equidade na hipótese em que, havendo ou não condenação, o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou o valor da causa for muito baixo
 - (C) mostra-se inconcebível o emprego de apreciação equitativa nas causas que envolvam a Fazenda Pública
 - (D) a apreciação equitativa não encontra respaldo no direito positivo, motivo pelo qual não se afigura lícito fazê-la
07. À luz do Código de Processo Civil, indique o prazo de que dispõe o Município do Rio de Janeiro para manejar impugnação ao cumprimento de sentença, após intimação:
- (A) 15 (quinze) dias úteis
 - (B) 15 (quinze) dias corridos
 - (C) 30 (trinta) dias úteis
 - (D) 30 (trinta) dias corridos
08. Em face de decisão de Vice-Presidente de Tribunal de Justiça que nega seguimento a recurso especial, com finco no art. 1.030, I, b, do CPC, ao fundamento de que o acórdão objurgado está em consonância com tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, é interponível:
- (A) agravo em recurso especial
 - (B) agravo interno
 - (C) agravo de instrumento
 - (D) recurso especial

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Lei municipal aprovada dispendo sobre sucessão dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito definiu que, no âmbito daquele Município, em razão da dupla vacância, ascenderiam ao cargo, nessa ordem, o Secretário Municipal de Fazenda e o Presidente da Assembleia Legislativa, dispensando a realização de eleições caso a vacância se desse no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e ressalvada a competência da União Federal para disciplinar as hipóteses de vacância por causas exclusivamente eleitorais:
- (A) estados e municípios podem dispor livremente sobre a vocação sucessória em razão da dupla vacância nos cargos de chefia do Poder Executivo, mas não podem renunciar à necessidade de realizar eleições, sob pena de ofensa ao princípio democrático
 - (B) a norma da Constituição Federal que disciplina a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República é de reprodução obrigatória para Estados e Municípios no que couber
 - (C) cabe ao constituinte estadual disciplinar a vocação sucessória em casos de dupla vacância nos municípios inseridos no território do Estado-membro
 - (D) na hipótese narrada, a lei seria apenas inconstitucional na parte em que inseriu o Secretário Municipal de Fazenda na linha sucessória do Prefeito e Vice-Prefeito para os casos de vacância, na medida em que este não é detentor de cargo eletivo
10. Sérgio, vereador, apresenta proposta de lei ordinária visando reduzir o consumo de plástico no Município X, no qual há poucos programas de reciclagem para este tipo de resíduo sólido. A legislação determina que os supermercados da cidade substituam sacos e sacolas plásticas por biodegradáveis. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria:
- (A) a lei é formalmente inconstitucional, já que a Lei Federal nº 12.305/2010 define a Política Nacional de Resíduos Sólidos, havendo invasão da competência privativa da União Federal para legislar sobre a matéria
 - (B) havendo lei estadual dispendo sobre a política de manejo dos resíduos sólidos, não poderia o Município dispor sobre a matéria, pois não seria de interesse local
 - (C) a lei é formalmente inconstitucional, na medida em que ao ser proposta por um vereador, foi violada a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo
 - (D) é constitucional, formal e materialmente, a lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por biodegradáveis

RESIDÊNCIA JURÍDICA

11. Assinale o item correto a respeito da organização dos municípios conforme disposição na Constituição Federal:
- (A) o município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da câmara municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do respectivo Estado-membro
 - (B) compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber
 - (C) a lei orgânica municipal não pode prever iniciativa popular para emendas ao seu texto, tendo em vista a impossibilidade de haver iniciativa popular para as emendas à Constituição Federal, em atenção ao princípio da simetria
 - (D) a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei
12. Joaquim, vereador do Município X, apresentou emenda à lei orgânica para prever a possibilidade de instituir direito de se ausentar do trabalho aos servidores públicos municipais que doarem sangue. O texto foi aprovado à unanimidade. A respeito do ato normativo em questão, julgue as alternativas a seguir, indicando a CORRETA:
- (A) a emenda poderá ser questionada perante o STF, por meio de ADI, por violação à reserva de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas antes se faz necessária análise pelo Tribunal de Justiça.
 - (B) a emenda poderá ser questionada perante o STF, por meio de ADI, por violação à reserva de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, independentemente da análise pelo Tribunal de Justiça.
 - (C) a emenda poderá ser questionada perante o Tribunal de Justiça por violação à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
 - (D) a emenda não poderá ser questionada perante o Tribunal de Justiça, diante da impossibilidade de controle de constitucionalidade das normas municipais.

13. O Município ABC, percebendo a necessidade de melhoria no serviço de fiscalização de trânsito, pretende criar uma empresa estatal e a ela delegar o poder de imposição de multas decorrentes de infrações dessa natureza. O caso foi submetido ao setor consultivo da Procuradoria do Município que, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, exarou parecer com a seguinte orientação:

- (A) possibilidade de delegação, seja para Sociedade de Economia Mista, seja para Empresa Pública. Para tanto, é necessário que o capital social seja majoritariamente público, que essa entidade preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial. O instrumento necessário para essa delegação seria a autorização em Lei
- (B) impossibilidade da pretensão do gestor público do Município ABC, tendo em vista a indelegabilidade do Poder de Polícia, que só pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público, respeitando-se o propósito constitucional específico de cada entidade da Administração Indireta. A estatal a ser criada poderia apenas contribuir com atividades materiais acessórias, tais como a instalação de câmeras de fiscalização
- (C) possibilidade de delegação, desde que se trate de Empresa Pública, figura da Administração Indireta em que o capital social pertença totalmente ao Ente Federativo delegante, independentemente do objeto a ser prestado. O instrumento jurídico para tanto seria o Contrato de Concessão, sendo possível a contratação direta da Empresa Pública, por se tratar de ente integrante da Administração Indireta
- (D) impossibilidade de delegação às estatais do efetivo poder de imposição de sanções, com base na Teoria do Ciclo de Polícia. Assim, a estatal não poderia aplicar a penalidade de trânsito, mas poderia apenas auxiliar na fiscalização, cabendo à Administração Direta ou às suas pessoas jurídicas de direito público, o ato final de lavratura do Auto de Infração em matéria de trânsito

14. Em um determinado Município do interior, já sob a égide e aplicação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei Geral de Licitações e Contratações Públicas), foi realizada uma licitação sob a modalidade concorrência para a construção de uma ponte ligando os dois lados da cidade. O certame foi vencido pela sociedade empresária "Ponte de Babel S.A.", o objeto foi a ela adjudicado e as obras foram iniciadas. Seis meses após a regular execução contratual, constataram-se graves irregularidades no procedimento de licitação.

Em Parecer, a área técnica informou que a obra estava na fase de fundação, e que eventual paralisação causaria enormes prejuízos, comprometendo-se o que já havia sido construído até então. Informou-se, ainda, que no prazo de 4 meses a obra passaria para uma etapa posterior, em que a paralisação seria viável sem o comprometimento do que já havia sido construído.

Com base na Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá:

- (A) declarar a nulidade do contrato administrativo e do certame licitatório imediatamente, com base na autotutela administrativa, produzindo-se efeitos retroativos, com posterior apuração de infração e eventual imposição de sanção. Nesse caso, como a sociedade empresária "Ponte de Babel S.A." deu causa à nulidade, não haverá necessidade de indenização da contratada
- (B) declarar a nulidade do contrato administrativo e do certame licitatório imediatamente, com base na autotutela administrativa, produzindo-se efeitos retroativos, com posterior apuração de infração e eventual imposição de sanção. Haverá, porém, indenização a ser paga à sociedade empresária "Ponte de Babel S.A." pelo o que já houver sido executado e pelos prejuízos regularmente comprovados
- (C) avaliar o interesse público envolvido e declarar a nulidade do contrato administrativo firmado, bem como do certame licitatório, caso não seja possível o saneamento da irregularidade. Nesse caso, a Administração poderá modular os efeitos da nulidade para após os 4 meses, quando a obra já terá passado para uma próxima fase, em ato administrativo devidamente motivado acerca do interesse público envolvido
- (D) revogar imediatamente o certame licitatório e o contrato, além de instaurar processo administrativo para fins de apuração de eventual infração

15. João ingressou no cargo de técnico de contabilidade do Município XYZ em 1982, sem concurso público. Posteriormente, em 2020, sobreveio a "Lei nº 1234", promovendo um reequadramento dos servidores efetivos do referido Município. Com base nesse novo regramento, João formulou pedido administrativo para que houvesse o seu reequadramento. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) João deverá ser imediatamente exonerado de seu cargo, com base na autotutela administrativa, por se encontrar em condição flagrantemente irregular, em razão do ingresso nos quadros da Administração sem o devido concurso público
- (B) João, apesar de estável, não pode se valer da "Lei nº 1234", tendo em vista que seu quadro é provisório e em extinção, não podendo se beneficiar do regime previsto para servidores efetivos
- (C) João não poderá se valer da "Lei nº 1234", sob pena de configuração de transposição de carreira na qual anteriormente investido sem concurso público
- (D) João poderá se valer do regramento da "Lei nº 1234", tendo em vista o princípio da segurança jurídica, da legítima expectativa e a inexistência de direito adquirido a regime jurídico

16. O Prefeito do Município de Vinho Verde, local não guardado por Tribunal de Contas Municipal próprio, foi condenado pelo Tribunal de Contas de seu Estado-membro ao ressarcimento ao Erário e ao pagamento de multa. Na qualidade de procurador do referido Município, baseado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, opine de forma fundamentada:

- (A) o Município prejudicado poderá valer-se da decisão do Tribunal de Contas Estadual como indício de fraude em ação de improbidade para que possa receber a quantia relacionada ao ressarcimento ao Erário e à multa imposta. Essa ação de improbidade, contudo, deverá ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público
- (B) o Município prejudicado poderá valer-se da decisão do Tribunal de Contas Estadual, para promover a cobrança apenas dos valores devidos à título de ressarcimento ao Erário, ressalvando-se a multa imposta, tendo em vista que a persecução administrativa se deu por órgão estadual
- (C) o Município prejudicado deverá instar o Estado-membro do qual faz parte para que este último promova a execução do título executivo extrajudicial, consubstanciado na decisão do Tribunal de Contas do Estado, realizando-se o repasse das verbas devidas ao Município após o trânsito em julgado
- (D) o Município prejudicado poderá valer-se da decisão do Tribunal de Contas Estadual, que possui eficácia de título executivo extrajudicial, para promover a cobrança imediata dos valores devidos a título de ressarcimento e multa

DIREITO TRIBUTÁRIO / DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Analise as assertivas a seguir:

- I. Mesmo quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a entidades sindicais.
- II. Incide o IPTU, sobre o imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado devedora do tributo
- III. Não incide IPTU sobre templos de qualquer culto, ainda que as referidas entidades religiosas sejam locatárias do imóvel.
- IV. A lei complementar é a forma exigida para a definição do modelo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, parágrafo 7º da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas. Considerando que a referida lei não foi editada até a presente data, devem ser aplicados por analogia os requisitos contidos no art. 14, do CTN.

À luz da legislação e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) todas as assertivas estão corretas
- (B) apenas as assertivas II e III estão corretas
- (C) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- (D) apenas as assertivas I e III estão corretas

18. Analise as assertivas a seguir:

- I. É possível a alteração da data de vencimento de um tributo por decreto. Neste caso não será aplicável o princípio da anterioridade.
- II. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei como urbanizável ou de expansão urbana está condicionada à existência de, ao menos, dois melhoramentos elencados no art. 32, §1º, do CTN.
- III. O pedido de parcelamento fiscal somente interrompe o prazo prescricional para a cobrança do tributo após o seu deferimento.
- IV. A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário.

À luz da legislação e da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- (A) apenas a assertiva III está correta
- (B) apenas as assertivas I e IV estão corretas
- (C) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas
- (D) apenas as assertivas II e III estão corretas

19. Sobre o sistema tributário nacional, é CORRETO afirmar que:

- (A) as taxas municipais podem ter base de cálculo própria de impostos municipais
- (B) a União, os Estados e Municípios podem instituir empréstimos compulsórios, desde que por lei complementar
- (C) o Distrito Federal pode instituir impostos estaduais, porém não pode instituir os impostos Municipais, que serão de atribuição da União
- (D) aos Municípios compete instituir impostos sobre serviços definidos em lei complementar, excluindo os de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

20. Em virtude de débitos de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) que totalizam R\$ 500.000,00, o Município "X" ajuíza execução fiscal e penhora o imóvel que, levado à hasta pública, é arrematado por R\$ 350.000,00.

Considerando as informações fornecidas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) o arrematante não responde pelo saldo devedor, apenas podendo ser cobrado do antigo proprietário
- (B) o arrematante é responsável solidário com o antigo proprietário do imóvel pelo saldo devedor
- (C) o débito remanescente deve ser cancelado, eis que supera o valor da arrematação do imóvel
- (D) o arrematante é responsável exclusivo pelo saldo devedor, eis que é o novo proprietário do imóvel

PROVA DISCURSIVA

Você deverá responder às duas questões propostas, na íntegra; desenvolvendo texto de, no máximo, 15(quinze) linhas, para cada questão.

01. Eustáquio, aos 27 anos, pegou um ônibus da concessionária Alvorada para ir ao trabalho, quando o veículo colidiu com um poste após o motorista perder o controle da direção. Os passageiros sofreram ferimentos leves, mas, em razão de condição de saúde pré-existente, o corte no pé de Eustáquio se agravou e levou à amputação do membro. Não houve erro médico.

Indignado, Eustáquio propôs ação indenizatória em face da concessionária e do Município concedente, perante o Juizado Especial Fazendário, na qual pediu a condenação solidária dos réus ao pagamento de danos morais no valor de 100 salários mínimos, atribuído à causa, com juros e correção monetária desde o acidente.

A sentença julgou o pedido totalmente procedente, ao acolher integralmente a argumentação tecida pelo autor. Considerando que o Município deseja interpor recurso com efeito devolutivo amplo, indique em 15 linhas:

- a) O recurso cabível
- b) O prazo do recurso cabível e sua forma de contagem
- c) As questões preliminares a serem suscitadas em defesa do Município
- d) As questões de mérito que devem ser abordadas em defesa do Município

02. No ano de 2010, a empresa "XPTO Tecnologia", fabricante de *softwares* pré-elaborados, propôs ação declaratória postulando o reconhecimento de inexistência de relação jurídico-tributária com o Município Y, por entender inconstitucional a incidência de ISS sobre a atividade desenvolvida.

O juízo acolheu os argumentos para reconhecer a não incidência do tributo sobre as atividades. Interposta apelação, o recurso foi desprovido pelo Tribunal de Justiça e o acórdão veio a transitar em julgado em 2014.

Em outra demanda com o mesmo objeto, ajuizada pela empresa "ABC Informática" no ano de 2015, o Município Y interpôs recurso extraordinário, que veio a ser admitido sob o regime da repercussão geral. O STF, ao analisar a matéria, reconheceu que a comercialização de *softwares* pré-elaborados constitui fato gerador de ISS. O acórdão transitou em julgado em 2019.

Sobre a hipótese descrita e à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, responda de forma fundamentada.

- a) Neste caso, qual a natureza da relação tributária estabelecida entre o contribuinte e o ente municipal?
- b) O Município Y pretende voltar a lançar o ISS em face da empresa "XPTO Tecnologia". Considerando os fatos apontados, aponte os princípios constitucionais em conflito.
- c) É necessário o manejo de ação rescisória por parte do Município Y para voltar a cobrar o tributo da empresa "XPTO Tecnologia"?
- d) A resposta do item anterior seria a mesma, caso a decisão obtida contra a empresa "ABC Informática" não tivesse sido proferida sob a sistemática da repercussão geral?
- e) Deve ser respeitado algum princípio constitucional tributário caso seja viável cobrar o tributo em face da empresa "XPTO Tecnologia"?

RASCUNHOThis image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.